

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

O Estudo Técnico Preliminar foi realizado de acordo com os elementos previstos no §1º do art. 18 da Lei nº 14133, de 1º de abril de 2021.

**Objetivo:** Analisar a viabilidade da contratação intencionada, por meio de estudo técnico preliminar, bem como levantar os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma a melhor atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Itajaí/SC no que tange a este processo, cujo objeto **consiste na oferta de serviços especializados de acolhimento e acompanhamento terapêutico destinados a pessoas adultas do sexo masculino que apresentem uso prejudicial, abuso ou dependência de substâncias psicoativas, visando à promoção do cuidado, proteção social e reinserção social, para a Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania.**

**Área requisitante da contratação:** Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania.

### I – INFORMAÇÕES GERAIS

#### 1. Equipe de Planejamento

Nome	cargo/função	Matrícula	E-mail
João Vitor Moreira Samarão	Agente em atividades administrativas	2604001	joao.samarao@itajai.sc.gov.br
Roseli Tondorf Cesconetto	Diretora de Proteção Social Especial	2689001	roseli.cesconetto@itajai.sc.gov.br
Aline Gonçalves	Diretora Executiva	1361503	aline.goncalves@itajai.sc.gov.br

### II – DIAGNÓSTICO SITUAÇÃO ATUAL

#### 2. Descrição do problema a ser resolvido ou da necessidade apresentada (art. 18, § 1º, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

O Município de Itajaí, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, desenvolve ações voltadas à proteção social de pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social, incluindo indivíduos que apresentam uso prejudicial ou dependência de substâncias psicoativas, cujas condições demandam acompanhamento contínuo, acolhimento e suporte especializado.

O uso prejudicial de substâncias psicoativas acarreta em fenômenos complexos e multifatoriais que impactam não apenas a saúde do indivíduo, mas também suas relações familiares, comunitárias e sociais, ocasionando fragilização e rompimento de

Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania

Endereço: Rua Antônio Caetano nº 105, Fazenda, 88302-380, Itajaí/SC

E-mail: sas-secretaria@itajai.sc.gov.br

Telefone: (47) 3248-0800

vínculos, situações de vulnerabilidade social e exposição a riscos pessoais. No contexto municipal, observa-se que o uso prejudicial de álcool e outras drogas apresenta forte relação com situações de vulnerabilidade social e, especialmente, com a população em situação de rua.

Conforme dados obtidos por meio do Sistema de Acompanhamento à Família e ao Indivíduo (SAFI), verifica-se que em Itajaí a maior procura por tratamento, no âmbito da política de assistência social, ocorre entre pessoas em situação de rua. No período de janeiro de 2025 a fevereiro de 2026, foram registrados 3.755 atendimentos no Centro POP, sendo **3.190 homens** e 565 mulheres, evidenciando a predominância do público masculino. Essas situações estão frequentemente associadas à insegurança de moradia, rompimento de vínculos familiares, agravadas pelo uso prejudicial de álcool e outras drogas, demandando múltiplas intervenções por parte das equipes técnicas da rede socioassistencial.

No âmbito da Política de Assistência Social voltada à População em Situação de Rua (PSR), o município conta com os Serviços Especializados para Pessoas em Situação de Rua, executados por meio do Centro POP e do Serviço de Abordagem Social, que atuam na identificação, escuta qualificada, acolhimento e encaminhamento dos usuários à rede de proteção social.

O Centro POP assegura atendimento e atividades direcionadas ao desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva do fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares, oportunizando a construção de novos projetos de vida. Além disso, realiza acolhimento individualizado, escuta com pré-diagnóstico, trabalho técnico para análise das demandas dos usuários, orientação individual e grupal e encaminhamentos a outros serviços socioassistenciais e às demais políticas públicas, como Saúde, Comunidades Terapêuticas, Educação, Trabalho e Renda, Segurança Pública, Habitação e órgãos de defesa de direitos, que possam contribuir para a construção da autonomia, inserção social e fortalecimento da rede de proteção.

O atendimento às pessoas em situação de rua ou com moradia, mas que apresentam demandas relacionadas ao uso prejudicial de substâncias psicoativas, ocorre de forma articulada entre os serviços da rede socioassistencial e os equipamentos da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Nesse contexto, destacam-se os serviços da rede de saúde, como as Unidades Básicas de Saúde e os Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD), bem como os encaminhamentos para tratamento quando identificada essa necessidade.

Informa-se que os usuários atendidos pela rede municipal frequentemente apresentam uso de múltiplas substâncias, relatando, durante os atendimentos, uso prejudicial de álcool e outras drogas. Observa-se que, nos casos em que o consumo se encontra intensificado e o indivíduo vivencia situação de rua, especialmente associada ao rompimento ou fragilização de vínculos familiares e comunitários, há maior dificuldade de adesão às estratégias de tratamento ofertadas na rede pública.

Nesse contexto, o encaminhamento para tratamento configura-se como uma necessidade em resposta à problemática relacionada ao uso prejudicial de substâncias, sendo sempre considerado de forma articulada com outras estratégias de cuidado, como o tratamento na rede pública de saúde, por meio dos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD) e, em alguns casos, pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS).

Destaca-se que o tratamento ocorre de forma voluntária, sendo essa alternativa construída conjuntamente com o usuário durante o processo de atendimento e escuta qualificada, quando são identificados prejuízos decorrentes do uso prejudicial, comprometimento das atividades da vida diária e prejuízos na funcionalidade social, relacional e laboral.

Quando identificado o desejo e a necessidade de tratamento, o encaminhamento para tal pode ser considerado como parte do Projeto Individual de Acompanhamento, respeitando os princípios da voluntariedade, da dignidade humana e da autonomia do usuário.

Atualmente, o modelo de cuidado ofertado pelas comunidades terapêuticas baseia-se na convivência comunitária, em atividades terapêuticas coletivas, reabilitação psicossocial e apoio familiar, podendo constituir alternativa complementar de tratamento para pessoas que apresentam prejuízos significativos decorrentes do uso intensivo de álcool e outras drogas.

No âmbito da rede pública municipal, em 2025 foi garantida a plena operacionalização do Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas Adultas em situação de insegurança de moradia, bem como a disponibilização de 150 vagas para acolhimento em comunidade terapêutica como forma de tratamento complementar à problemática mencionada.

Atualmente, o município dispõe de 150 vagas em comunidades terapêuticas masculinas, das quais 148 encontram-se ocupadas, o que representa aproximadamente 98,7% de taxa de ocupação, evidenciando elevada utilização do serviço e demonstrando a pressão constante da demanda por vagas destinadas ao público masculino.

Ressalta-se ainda que, no momento, não há fila de espera para acesso às vagas, considerando as demais possibilidades de acompanhamento existentes na rede, embora se observe elevado índice de ocupação.

No que se refere às vagas femininas, o município conta com 15 vagas em comunidade terapêutica feminina, sendo que 8 encontram-se ocupadas no momento.

Ressalta-se, por fim, que o Município já dispõe de instituição credenciada para o acolhimento de mulheres adultas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas, por meio de processo de chamamento público específico, sendo atualmente a instituição Comunidade Terapêutica Conviver responsável pela execução deste atendimento no âmbito da rede municipal. Em relação ao público infante juvenil, o encaminhamento adequado é para a Rede de Atenção Psicossocial do SUS, prioritariamente ao CAPS infantojuvenil (CAPS i), mantendo acompanhamento socioassistencial.

Considerando as informações listadas, fica evidenciada a predominância do público masculino entre as pessoas em situação de rua e a elevada taxa de ocupação das vagas disponíveis, sendo necessário que os tratamentos para tais indivíduos sejam oferecidos pelo município como forma de reintegração social, além de auxiliar em demais fatores determinantes.

### **3. Demonstração da previsão da contratação com o Plano Anual de Contratações (art. 18, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).**

Não há previsão do objeto no plano anual de contratações, sendo a demanda autorizada pela autoridade competente para ser realizada.

#### **4. Descrição dos requisitos da potencial contratação (art. 18, § 1º, III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

São requisitos mínimos para a contratação:

a) A unidade institucional deverá estar localizada no município de Itajaí ou em município situado no raio máximo de 300 km (trezentos quilômetros) a partir do Município de Itajaí;

Salienta-se que foi estabelecido o limite territorial de até 300 km do Município de Itajaí como requisito, considerando aspectos técnicos relacionados à gestão, acompanhamento e fiscalização do serviço contratado.

Tal delimitação busca viabilizar o adequado acompanhamento dos usuários pelas equipes técnicas da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, possibilitando a realização de visitas institucionais, monitoramento dos casos e articulação com a rede de proteção social durante o período de acolhimento.

Além disso, a definição de um limite territorial visa garantir maior proximidade geográfica entre os usuários acolhidos e seu território de origem, favorecendo a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, bem como facilitando o processo de reintegração social após o período de acolhimento.

Ressalta-se ainda que a delimitação da abrangência também contribui para a efetividade da fiscalização contratual por parte da Administração Pública, permitindo o acompanhamento periódico das instituições credenciadas e a verificação das condições de atendimento ofertados aos usuários.

Dessa forma, a definição do limite de até 300 km busca equilibrar a ampliação da oferta de instituições a oferecer os serviços relacionados ao tratamento, com a necessidade de garantir a qualidade do acompanhamento técnico, a fiscalização do serviço e a preservação dos vínculos sociais dos usuários.

b) Quanto às acomodações e à estrutura física das interessadas, bem como aos aspectos relacionados à organização e funcionamento do serviço, as vistorias e fiscalizações observarão os critérios estabelecidos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária por meio da Resolução RDC nº 29/2011, que dispõe sobre os requisitos de segurança sanitária para o funcionamento de instituições que prestam serviços de atenção a pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas. Baseando-se nos parâmetros relacionados à gestão institucional, recursos humanos, condições de infraestrutura, higiene, segurança e organização do serviço.

Além disso, importante salientar que serão observadas outras normativas relacionadas ao tratamento, tais como a Lei nº 11.343/2006 (Lei de Políticas sobre Drogas), alterada pela Lei nº 13.840/2019, bem como a Resolução CONAD nº 01/2015.

Dessa forma, a avaliação das interessadas considerará o cumprimento das normativas sanitárias, estruturais e organizacionais vigentes, garantindo que os serviços ofertados atendam aos padrões mínimos de qualidade, segurança e respeito aos direitos das pessoas acolhidas.

Conforme a Resolução RDC nº 29/2011, a instituição deverá possuir os seguintes ambientes:

##### **I- Alojamento**

- a) Quarto coletivo com acomodações individuais e espaço para guarda de roupas e de pertences com dimensionamento compatível com o número de residentes e com área que permita livre circulação; e
- b) Banheiro para residentes dotado de bacia, lavatório e chuveiro com dimensionamento compatível com o número de residentes;

II- Setor de reabilitação e convivência:

- a) Sala de atendimento individual;
- b) Sala de atendimento coletivo;
- c) Área para realização de oficinas de trabalho;
- d) Área para realização de atividades laborais; e
- e) Área para prática de atividades desportivas;

III- Setor administrativo:

- a) Sala de acolhimento de residentes, familiares e visitantes;
- b) Sala administrativa;
- c) Área para arquivo das fichas dos residentes; e
- d) Sanitários para funcionários (ambos os sexos);

IV- Setor de apoio logístico:

- a) cozinha coletiva;
- b) refeitório;
- c) lavanderia coletiva;
- d) almoxarifado;
- e) Área para depósito de material de limpeza; e
- f) Área para abrigo de resíduos sólidos.

Quanto à equipe de trabalho, a instituição deverá dispor de profissionais em número suficiente para garantir o adequado acompanhamento dos acolhidos e o funcionamento regular do serviço, observando o disposto na Resolução RDC nº 29/2011 da ANVISA e na Resolução CONAD nº 01/2015. Nesse sentido, deverá contar, no mínimo, com 01 coordenador com ensino médio completo e carga horária de 40 horas semanais; 01 assistente social com registro no respectivo conselho profissional, com carga horária de 30 horas semanais; 01 psicólogo com registro no respectivo conselho profissional, com carga horária de 30 horas semanais; 04 educadores com ensino médio completo e qualificação na área, em regime de trabalho 12x36 horas; 02 técnicos de enfermagem com curso técnico completo, com carga horária de 30 horas semanais; e 02 cozinheiras com ensino fundamental completo e experiência na função, em regime de trabalho 12x36 horas, garantindo suporte nas atividades cotidianas, socioeducativas, de cuidado e convivência durante todo o período de acolhimento.

**5. Estimativas das quantidades para contratação, acompanhadas de memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte (considerar interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala) (art. 18, § 1º, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).**

O município deverá contratar e oferecer 250 (duzentas e cinquenta) vagas para tratamento, destinadas a pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas.

A estimativa do quantitativo de vagas baseia-se na demanda apresentada e na execução do serviço no âmbito do credenciamento vigente, considerando a procura contínua por encaminhamentos à rede socioassistencial do Município. Destaca-se que o Centro POP é o serviço responsável pela realização dos encaminhamentos para tratamento, conforme fluxo estabelecido na rede municipal de atendimento.

Atualmente, o município possui o total de 150 (cento e cinquenta) vagas credenciadas para tratamento de pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas, sendo o tratamento realizado em comunidades terapêuticas. Destas 150 (cento e cinquenta) vagas, 148 (cento e quarenta e oito) encontram-se ocupadas, o que evidencia a elevada taxa de utilização do serviço.

Ressalta-se que, no período de janeiro de 2025 a janeiro de 2026, foram registrados 893 encaminhamentos para comunidades terapêuticas, o que reforça a expressiva demanda existente no território municipal. Complementando esta informação, informa-se que dentro deste período de 1263 encaminhamentos realizados pelo Serviço, 893 foram para comunidade terapêutica.

Tais dados, bem como a posterior comprovação da capacidade orçamentária, enfatizam, sustentam e justificam o aumento no quantitativo da abertura de vagas para tratamento, juntamente com a necessidade de ampliação da capacidade da rede de atendimento.

### **III – PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES**

#### **6. Levantamento mercadológico (que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar) (art. 18, § 1º, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).**

Considerando a necessidade de oferta de acolhimento e acompanhamento terapêutico destinados a pessoas adultas do sexo masculino que apresentem uso prejudicial, abuso ou dependência de substâncias psicoativas, realizou-se levantamento das soluções disponíveis no mercado e na administração pública capazes de atender à demanda identificada, observando aspectos técnicos, operacionais e econômicos, alcançando as seguintes possibilidades para atingir o objeto:

##### **1) Atendimento e encaminhamento pela rede pública de saúde e socioassistencial:**

Consiste na ampliação do atendimento por meio dos serviços já integrantes da rede pública municipal e estadual, especialmente os Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD), Unidades Básicas de Saúde e serviços socioassistenciais territoriais.

##### **Vantagens:**

- Utilização de estrutura pública já existente;
- Integração direta com a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS);
- Ausência de custos contratuais com terceiros;
- Acompanhamento territorial contínuo.

##### **Desvantagens:**

- Serviços predominantemente ambulatoriais, sem regime de acolhimento integral;

- Limitação estrutural para atendimento de casos que demandam afastamento temporário do território;
- Baixa adesão ao tratamento em situações associadas à insegurança de moradia e rompimento de vínculos;
- Necessidade de ampliação significativa de equipe, estrutura física e recursos orçamentários para absorver integralmente a demanda.

Dessa forma, verifica-se que a rede pública constitui estratégia essencial de cuidado, porém insuficiente, isoladamente, para atender todos os perfis identificados no diagnóstico situacional.

## **2) Contratação de único prestador mediante procedimento licitatório competitivo:**

Consiste na realização de licitação para contratação de um único fornecedor responsável pela totalidade das vagas necessárias ao atendimento municipal.

### **Vantagens:**

- Centralização administrativa da execução contratual;
- Simplificação da gestão contratual e da fiscalização;
- Possibilidade de disputa competitiva de preços.

### **Desvantagens:**

- Concentração do serviço em único prestador, aumentando risco de descontinuidade em caso de interrupção contratual;
- Limitação da participação de instituições de menor porte;
- Redução da capilaridade territorial do atendimento;
- Menor flexibilidade para adequação da oferta de vagas conforme variações da demanda;
- Necessidade de estrutura única com elevada capacidade instalada, nem sempre disponível regionalmente.

## **3) Credenciamento de instituições especializadas (comunidades terapêuticas) para oferta de vagas de acolhimento terapêutico:**

Consiste na formação de rede credenciada composta por múltiplas instituições que atendam aos requisitos técnicos e legais previamente definidos pela Administração, permitindo a contratação simultânea de todos os interessados habilitados, conforme a demanda municipal.

Levantamento preliminar do mercado regional indica a existência de diversas instituições especializadas aptas à prestação do serviço em âmbito regional, demonstrando viabilidade prática do modelo e pluralidade de potenciais prestadores. Observa-se, ainda, que os valores praticados pelo Município encontram correspondência com a média de custos observados para serviços semelhantes ofertados no mercado e em contratações públicas análogas.

### **Vantagens:**

- Ampliação da rede de atendimento mediante aproveitamento da capacidade instalada existente;
- Redução do risco de desassistência pela não concentração do serviço em único fornecedor;
- Maior flexibilidade na gestão das vagas conforme a demanda efetiva;
- Ampliação da participação de prestadores e estímulo à concorrência por adesão;



- Otimização logística dos encaminhamentos e acompanhamento técnico;
- Previsibilidade orçamentária mediante valor previamente definido;
- Alinhamento com a natureza contínua e variável do serviço.

**Desvantagens:**

- Necessidade de gestão contratual simultânea de múltiplos prestadores;
- Exigência de monitoramento e fiscalização contínuos para manutenção do padrão de qualidade.

**Conclusão:**

Diante da análise comparativa das alternativas, verifica-se que o credenciamento apresenta maior aderência às características da demanda identificada, permitindo conciliar eficiência administrativa, ampliação da rede de atendimento e melhor aproveitamento da capacidade instalada existente no mercado, configurando-se como a solução mais adequada para atendimento da necessidade pública identificada.

Ressalta-se que o encaminhamento para Comunidade Terapêutica constitui apenas uma das estratégias de resposta à problemática decorrente do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas. Como mencionado, no âmbito da rede pública, existem outras possibilidades de atendimento e acompanhamento, especialmente por meio dos serviços da rede de saúde, tais como as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e os Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD), que realizam acompanhamento clínico, psicossocial e tratamento ambulatorial. Porém, esta alternativa é insuficiente isoladamente para atender todos os perfis identificados no diagnóstico atual.

Destaca-se que o tratamento relacionado ao uso de substâncias psicoativas é voluntário, sendo as alternativas de cuidado construídas juntamente com o usuário durante o atendimento e o processo de escuta qualificada realizado pela equipe técnica. Nesse processo são avaliadas as condições individuais, os prejuízos decorrentes do uso de substâncias e as possibilidades de adesão às diferentes modalidades de tratamento disponíveis na rede.

Nesse contexto, os encaminhamentos para Comunidades Terapêuticas são indicados principalmente nas situações em que se observa uso intensificado de substâncias psicoativas, com prejuízos significativos para as atividades da vida diária, comprometimento da funcionalidade laborativa, fragilização das relações familiares e sociais, bem como dificuldade de adesão ao tratamento ambulatorial ofertado pelos serviços da rede de saúde.

Assim, a oferta de vagas em Comunidades Terapêuticas configura-se como uma alternativa complementar às demais estratégias de cuidado existentes na rede pública, possibilitando acolhimento em regime residencial e acompanhamento contínuo aos usuários que apresentam necessidade dessa modalidade de atendimento, conforme avaliação técnica e manifestação voluntária do próprio usuário.

Dessa forma, considera-se que o credenciamento de Comunidades Terapêuticas se apresenta como solução viável e necessária para complementar a rede de atendimento existente no Município, ampliando as possibilidades de cuidado às pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas.

**7. Estimativa do valor da contratação (art. 18, § 1º, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**



Com base na pesquisa de preços, esta, formulada com base na pesquisa a portais oficiais de compra, bem como consulta à contratos anteriores da própria administração do município os quais continham o mesmo objeto, realizou-se a tabela abaixo para demonstrar os valores da contratação:

NÚMERO DE VAGAS	VALOR POR VAGA	VALOR MENSAL	TOTAL	VALOR TOTAL ANUAL
250	R\$ 2.178,86	R\$ 544.715,00		R\$ 6.536.580,00

#### IV – SOLUÇÃO ESCOLHIDA

##### 8. Descrição da solução escolhida (art. 18, § 1º, VII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Diante da situação, a solução que se mostrou mais vantajosa aos interesses da administração pública é a **abertura de credenciamento para instituições especializadas no tratamento de pessoas adultas do sexo masculino com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas, caracterizadas como comunidades terapêuticas**. O processo de credenciamento permite a participação de uma pluralidade de fornecedores de serviço que atingem a qualificação técnica mínima exigida, podendo proporcionar ao município o devido funcionamento das políticas públicas assistenciais definidas pelo SUAS, garantindo que a população alvo do objeto seja devidamente acolhida, não se restringindo a somente um único vencedor, como no caso de uma licitação comum. Além disso, a solução proporciona múltiplas opções de acolhimento, tanto para os usuários do serviço, quanto para o município em relação ao manejo e controle de ocupação de vagas, evitando, também, um número elevado de acolhidos em único local.

Ademais, a opção de abertura de credenciamento para acolher apenas pessoas do sexo masculino se justifica pelo elevado número de homens os quais buscam o tratamento, bem como a existência de parceria do município com instituição a qual realiza o tratamento com pessoas do sexo feminino. Ainda sobre esse tipo de acolhimento, a Resolução nº 249/2024 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) estabelece a vedação ao acolhimento, atendimento ou internação de crianças e adolescentes (menores de 18 anos) em comunidades terapêuticas em todo o território nacional, estando este público, portanto, justificavelmente fora da abrangência das vagas de acolhimento que se pretende credenciar, além de o encaminhamento correto às crianças e adolescentes menores de 18 anos ser o Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPS i)

O processo de credenciamento se pauta nas diretrizes do art. 79, I, da lei n. 14.133/2021.

##### 9. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (art. 18, § 1º, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

O objeto da contratação consiste na oferta de vagas para acolhimento institucional destinadas a pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas, caracterizando serviço de natureza contínua e padronizada. Embora se trate de objeto único quanto à finalidade do serviço, sua execução mostra-se tecnicamente parcelável, sendo o credenciamento, por sua vez, o instrumento mais adequado para viabilizar a participação simultânea de múltiplos prestadores, conforme a capacidade instalada das instituições habilitadas.

O parcelamento ocorre pela distribuição das vagas entre diferentes entidades credenciadas, permitindo o aproveitamento da estrutura já existente em diversas instituições especializadas, ampliando a rede de atendimento e reduzindo riscos de descontinuidade do serviço decorrentes da concentração da execução em um único fornecedor. Tal modelo favorece maior capilaridade do atendimento e flexibilidade administrativa para atendimento da demanda conforme sua variação ao longo da execução contratual.

Além disso, o parcelamento por meio do credenciamento contribui para a economicidade e eficiência administrativa, ao possibilitar melhor gestão logística dos encaminhamentos, otimização das atividades de acompanhamento técnico e fiscalização, bem como ampliação da competitividade pela habilitação de todos os interessados que atendam aos requisitos estabelecidos, em consonância com o art. 47, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

#### **10. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 18, § 1º, XI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

A execução do serviço de acolhimento em Comunidades Terapêuticas ocorre de forma articulada com outras políticas públicas e serviços já existentes na estrutura da Administração Pública Municipal, configurando interdependência operacional com ações da rede socioassistencial e da rede pública de saúde.

No âmbito da política de saúde, destaca-se a atuação da rede municipal, especialmente por meio dos serviços de atenção básica e dos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD), responsáveis pelo acompanhamento clínico, psiquiátrico e pelo fornecimento de medicações quando necessário. Ressalta-se ainda que a Secretaria Municipal de Saúde disponibiliza atendimento médico e de enfermagem junto ao Centro POP para avaliação prévia dos usuários, condição necessária para os encaminhamentos às Comunidades Terapêuticas.

No que se refere ao transporte dos usuários, informa-se que o deslocamento até as Comunidades Terapêuticas é realizado pela Secretaria de Assistência Social e Cidadania, por meio da estrutura já existente vinculada à Diretoria de Proteção Social Especial, com utilização de veículo oficial, motorista designado e acompanhamento de profissional da equipe, não havendo necessidade de contratação específica para essa finalidade.

Quanto às atividades de fiscalização e monitoramento dos serviços prestados pelas entidades credenciadas, estas são realizadas pela equipe técnica da Secretaria de Assistência Social e Cidadania, no âmbito de suas atribuições institucionais, incluindo visitas técnicas, acompanhamento dos usuários e verificação do cumprimento das condições estabelecidas no credenciamento.

Dessa forma, embora não haja previsão de novas contratações específicas diretamente vinculadas ao objeto, destaca-se que sua execução depende da articulação com serviços já existentes na rede pública municipal, especialmente nas áreas da assistência social e da saúde, os quais garantem o encaminhamento, acompanhamento e monitoramento dos usuários atendidos.

#### **11. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (art. 18, § 1º, IX, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

A futura contratação pretende assegurar maior eficiência administrativa e melhor aproveitamento dos recursos públicos destinados ao atendimento de pessoas com uso prejudicial, abuso ou dependência de substâncias psicoativas acompanhadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, buscando:

- garantir a disponibilidade contínua de vagas para acolhimento terapêutico conforme a demanda identificada pela rede socioassistencial;
- racionalizar os fluxos de encaminhamento e acompanhamento dos usuários, promovendo maior integração entre os serviços da assistência social e da rede pública de saúde;
- otimizar a utilização dos recursos orçamentários por meio da contratação conforme demanda efetiva, evitando descontinuidade dos atendimentos e custos decorrentes de soluções emergenciais;
- ampliar a previsibilidade administrativa e financeira na gestão das vagas destinadas ao atendimento especializado;
- assegurar padronização mínima na prestação dos serviços contratados, permitindo melhor controle, monitoramento e avaliação dos resultados pela Administração Pública;
- reduzir custos indiretos associados à permanência prolongada de usuários em situação de alta vulnerabilidade sem acesso a alternativas adequadas de cuidado.

Dessa forma, busca-se maior eficiência na aplicação dos recursos públicos, alinhando a oferta de serviços às necessidades identificadas no diagnóstico situacional e promovendo melhor gestão das demandas atendidas pela política pública municipal.

#### **12. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (art. 18, § 1º, X, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

Apresentam-se como providências necessárias para efetivação do processo de credenciamento e futura contratação das partes credenciadas:

- Aprovação do processo de credenciamento.
- Elaboração do edital de credenciamento
- Análise documental das interessadas
- Formalização de contrato com as partes credenciadas.
- Fiscalização e designação de gestor do contrato
- Publicação no portal da transparência.

#### **13. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras (art. 18, § 1º, XII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

Considerando a natureza do objeto, consistente no credenciamento de instituições para prestação de serviços de acolhimento institucional em comunidades terapêuticas, não se identificam impactos ambientais relevantes decorrentes diretamente da contratação, uma vez que não envolve execução de obras, aquisição de bens potencialmente poluentes, geração significativa de resíduos, utilização de insumos químicos ou intervenções físicas no meio ambiente por parte da Administração Pública.

Ressalta-se que o procedimento visa apenas à habilitação e futura contratação de entidades especializadas para execução de serviço socioassistencial, caracterizado como atividade de natureza contínua e predominantemente humana, com baixa interferência ambiental direta.

Ainda assim, como medida de responsabilidade socioambiental, poderá ser incentivado, no âmbito da execução contratual, que as instituições credenciadas adotem boas práticas de sustentabilidade, tais como uso racional de recursos naturais (água e energia), destinação ambientalmente adequada de resíduos sólidos, e observância das normas sanitárias e ambientais aplicáveis às suas atividades, quando cabíveis.

Dessa forma, conclui-se que os impactos ambientais da contratação são mínimos ou indiretos, não havendo necessidade de medidas mitigadoras específicas além do cumprimento da legislação ambiental vigente e das boas práticas institucionais

#### **14. Responsáveis pela Elaboração do ETP**

##### **INTEGRANTE TÉCNICO:**

João Vitor Moreira Samarão

**Matrícula: 2604001**

Aline Gonçalves

**Matrícula: 1361503**

##### **INTEGRANTE REQUISITANTE:**

Roseli Tondorf Cesconetto

**Matrícula: 2689001**

#### **15. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (art. 18, § 1º, XIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

Considerando o Estudo Técnico Preliminar elaborado, aprovo e atesto a sua conformidade às disposições contidas na Lei 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 12.840 de 25 de janeiro de 2023.

***Datado e assinado digitalmente.***

**ANDRÉ LEONARDO SEVERINO**  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA